



**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 77/2025**

**CRENCIAMENTO nº 06/2025**

**DATA DE HABILITAÇÃO: 20/10/2025**

**(E TODA 1ª SEXTA-FEIRA DOS MESES SUBSEQUENTES)**

**DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS: 06/10/2026**

**LOCAL: Plataforma Portal de Compras Públicas:** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> "Acesso Identificado"

O Município de Teixeira, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob n.º 18.134.056/0001-02 situada na Rua Antônio Moreira Barros, 101, Centro, no mesmo Município, **mediante a Agente de Contratação designada pela Portaria nº 2.083/2025, em exercício, Sra. Eliane Aparecida Medina, a partir da data e horário acima mencionada**, torna público o presente edital para conhecimento dos interessados, realizará no período indicado neste edital, a seleção e o credenciamento para contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços de realização de exames, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021, Decreto Federal Nº 11.878/2024 Decreto Municipal nº 553/2024, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A cópia deste instrumento convocatório encontra-se disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Teixeira-MG, no endereço <https://www.teixeiras.mg.gov.br/index.php/licitacoes/editais-de-licitacao>, na **Plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, no endereço <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> ou junto ao Setor de Licitações do Município no endereço indicado no preâmbulo.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o **CRENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRAS/MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O Credenciamento será realizado em lote único, conforme consta no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.3. O município de Teixeira/MG, através da Secretaria Municipal de Saúde, estima um consumo anual de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) para realização de exames de patologia clínica. Os exames serão realizados em conformidade com a regulamentação vigente, com este Termo de Referência e com a Tabela de Preços contida no endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>.

1.4. Os prestadores de serviços serão remunerados de acordo com os valores previamente estabelecidos definidos no Anexo I deste Edital.

1.5. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

## **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão habilitar-se, para Credenciamento as pessoas jurídicas que atendam as condições deste Edital e seus Anexos, obedecida a legislação em vigor e observadas as condições de habilitação dispostas no Termo de Referência, anexo I deste edital.

2.2. Prestadores de serviços com comprovação na atividade credenciada.

2.3. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a



responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. **Não** poderão participar deste **CRENCIAMENTO**:

2.6.1. Pessoas jurídicas que estejam em situação irregular perante os órgãos competentes.

2.6.2. O proponente que se enquadre no art. 14, Inciso IV da Lei nº 14.133/21, ou seja, que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.3. Empresa suspensa temporariamente de participar de licitação e impedida de contratar com o órgão, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada;

2.6.4. Empresa impedida de licitar e contratar, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, durante o prazo da sanção aplicada;

2.6.5. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.6.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.6.7. Quaisquer interessadas enquadradas nas vedações previstas no art. 9º, §§ 1º e 2º, e art.14 da Lei nº 14.133/21;

2.6.8. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento;

2.6.9. Pessoa jurídica que tenha como sócio aquele a quem foi dirigida as penalidades dos itens 2.2.1 a 2.2.3, durante o prazo que apontar a decisão condenatória;

2.6.10. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.6.11. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

2.6.11.1. Em caso de empresas em recuperação judicial, admite-se a participação, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

### **3. DA LOCALIZAÇÃO DA CLÍNICA**

3.1. Poderá ser credenciada clínica de qualquer localização, observando o seguinte:

3.1.1. **Local:** Será considerado como local o proponente cujo endereço esteja dentro dos limites territoriais do município de Teixeira/MG;



3.1.2. **Regional:** Será considerado como regional o proponente cujo endereço esteja em distância de até 100 (cem) quilômetros contados a partir da sede da Prefeitura Municipal, distância aferível através de serviços de mapa do *Google* (art. 208 do Decreto Municipal 553/2024);

3.1.3. **Não-regional:** Será considerado como não-regional o proponente cujo endereço esteja em distância superior a 100 (cem) quilômetros contados a partir da sede da Prefeitura Municipal, distância aferível através de serviços de mapa do *Google* (art. 208 do Decreto Municipal 553/2024);

3.1.4. Observada a habilitação técnica e a compatibilidade do serviço, a Administração priorizará, sempre que a demanda permitir, o encaminhamento de pacientes às clínicas locais.

3.1.5. Persistindo demanda não atendida pelos credenciados locais, será acionado o primeiro patamar regional. Só após o esgotamento das possibilidades locais/regionais e desde que devidamente justificado nos autos, poderão ser demandadas clínicas não-regionais.

3.1.6. A priorização local não constitui exclusão da participação de credenciados de outras localidades no credenciamento; trata-se de critério operacional de distribuição de demanda, configurando tratamento preferencial justificado em interesse da Administração e da proteção à saúde dos pacientes.

3.1.7. Ademais, a priorização de clínicas sediadas no Município de Teixeira/MG tem por finalidade: garantir maior acessibilidade e menor deslocamento dos pacientes, reduzir custos e riscos associados ao transporte de pacientes, evitando atrasos no diagnóstico e no tratamento, assegurar maior celeridade na tramitação de laudos e nos procedimentos de controle e fiscalização pela Administração e promover a eficiência e a economicidade na gestão do serviço público de saúde.

## 4. DO PROCEDIMENTO

4.1. O procedimento obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei nº 8.078/1990 e Lei Complementar nº 123/2006.

4.2. Os interessados deverão estar previamente cadastrados na plataforma **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, e apresentar Requerimento de Participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para o fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços.

4.3. É assegurado acesso permanente a qualquer interessado Pessoa Jurídica que preencha as exigências estabelecidas para o credenciamento, podendo realizar inscrição ordinária no período de 06/10/2025 à 06/10/2026, através do **Portal de Compras Públicas** (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>), podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal, durante a vigência do Chamamento Público para fins de Credenciamento.

4.4. A data da primeira habilitação ocorrerá no dia 20/10/2025, e as demais habilitações ocorrerão em toda primeira sexta-feira de cada mês, até a data de encerramento do Credenciamento.

4.4.1. Caso algum dia de habilitação ocorra em dia de feriado, a mesma acontecerá no dia útil subsequente;

4.5. O prazo de vigência do credenciamento é de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, durante o qual as interessadas poderão se inscrever, através do **Portal de Compras Públicas** (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>), para compor o rol de interessados aptos a atender as demandas da municipalidade, desde que atendam às condições de habilitação, observadas as condições fixadas neste Edital e as normas pertinentes.

4.6. A contratação será firmada por ato formal da autoridade administrativa competente, após o reconhecimento do cumprimento de todas as exigências estabelecidas, o que ensejará a subscrição do Termo de Contrato ao Credenciamento, o qual terá vigência consignada no Termo de Credenciamento, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



4.7. As informações prestadas, assim como a documentação entregue, são de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes da sua inscrição, de que atende a todos os requisitos para participar do credenciamento.

4.8. A apresentação da documentação implica manifestação do interessado em participar do processo de credenciamento com o Município de Teixeira, aceitação e submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Credenciamento deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao **Portal de Compras Públicas** (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>), devendo informar-se junto ao sistema a respeito de seu funcionamento e regulamento.

5.1.1. O licitante deverá se informar junto ao **Portal de Compras Públicas** sobre os procedimentos e documentos necessários para o seu credenciamento e obtenção da chave de acesso.

5.2. Os interessados encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, Proposta Comercial, conforme o formulário do ANEXO II, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, sendo reaberta em datas posteriores, estabelecidas neste Edital.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.4. A Ficha de Inscrição (**ANEXO II**), deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

5.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou Prefeitura Municipal de Teixeira, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas no edital de credenciamento.

5.7. O interessado que atender aos requisitos de habilitação previstos no edital será credenciado pelo órgão, com a possibilidade de, no interesse da administração, ser convocado para executar o objeto.

5.8. Quando convocado para execução do objeto, o credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital de Credenciamento para fins de assinatura de contrato ou outro instrumento hábil.

5.9. Serão exigidos para fins de habilitação, os documentos previstos no **ITEM 8 do Termo de Referência – ANEXO I** deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto.

5.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por ou outro meio expressamente admitido por esta Administração e poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



5.11. A Proposta Comercial deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidade, devendo ser seguido o modelo constante no ANEXO II deste edital, acompanhada da documentação descrita no Termo de Referência ANEXO I deste edital.

5.12. Previamente à celebração do Termo de Credenciamento, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

5.13. A ausência de qualquer dos documentos exigidos neste Edital e seus anexos, bem como a presença de documentos incompletos, incorretos, em desacordo com este Edital, com rasuras, entrelinhas ou com a validade expirada, poderá acarretar o indeferimento da habilitação, podendo o interessado apresentar novo requerimento escoimado das causas que ensejaram sua inépcia, nas futuras datas de habilitação de novos interessados.

5.14. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e se for o caso, registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

5.15. A proposta de credenciamento vincula o proponente, sujeitando-o, integralmente, às condições deste credenciamento.

#### 5.16. **Procedimentos de verificação da habilitação:**

5.16.1. O prazo para análise da documentação para habilitação de forma integral será de no máximo 05 (cinco) dias úteis, contados da data de habilitação estabelecida no Edital, prorrogável uma vez por igual período, admitida a hipótese de solicitação de esclarecimentos, retificações e complementações da documentação do interessado.

5.16.2. Afim de prevalecer a supremacia do interesse público, e o alcance do máximo de interessados possível para a prestação dos serviços, os documentos complementares exigidos para habilitação que não estejam contemplados na Plataforma, serão enviados quando solicitado pela comissão de contratação, até a conclusão da fase de habilitação, ou seja, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da respectiva data de habilitação.

5.16.3. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no [art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

5.16.4. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

5.16.5. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no [art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de agosto de 2006](#).

5.16.6. As demandas cuja sessão tenha sido cancelada poderão ser submetidas a nova convocação de todos os credenciados, em data a ser estabelecida e comunicada a todos os credenciados por meio eletrônico.

5.17. Considerar-se-ão habilitado(s) o(s) interessado(s) cujos documentos tenham atendido às exigências constantes neste edital e seus anexos.

## **6. DO CRITÉRIO PARA CONVOCAÇÃO DOS CREDENCIADOS**

6.1. A Secretaria Municipal de Saúde, uma vez por semana, definirá a quantidade total de exames a serem realizados na semana subsequente e procederá à distribuição da demanda entre os laboratórios credenciados, observando a capacidade de atendimento diária declarada por cada laboratório no Anexo III deste Edital. Para fins de distribuição, será considerada a capacidade semanal de cada laboratório, apurada pela multiplicação da capacidade diária declarada no Anexo III pelo número de dias úteis de atendimento



indicado para a semana objeto da demanda (capacidade semanal = capacidade diária × dias úteis da semana).

6.2. A distribuição da demanda observará, por ordem de prioridade operacional:

6.2.1. A compatibilidade entre o exame solicitado e a habilitação técnica do credenciado;

6.2.2. A utilização prioritária da capacidade total declarada de cada laboratório sempre que a demanda exigir ou permitir sua utilização;

6.2.3. A proporcionalidade entre as capacidades declaradas dos laboratórios quando a demanda não atingir a capacidade plena de todos.

6.3. Regra de alocação:

6.3.1. Se a demanda semanal for maior ou igual à soma das capacidades semanais declaradas de todos os credenciados habilitados para o exame, cada credenciado será demandado até o limite de sua capacidade semanal declarada; eventual demanda remanescente será objeto de nova avaliação pela Secretaria (poderá ser recomputada, escalonada em semanas subsequentes ou objeto de contratação complementar).

6.3.2. Se a demanda semanal for inferior à soma das capacidades semanais declaradas, a distribuição será feita proporcionalmente à capacidade semanal de cada laboratório, observando-se, sempre que possível, a divisão igualitária entre credenciados.

6.4. Procedimento de proporcionalidade e arredondamento:

6.4.1. Para cada laboratório calcula-se a parcela inicial = (capacidade semanal do laboratório / soma das capacidades semanais de todos os credenciados habilitados) × demanda total.

6.4.2. Quando a parcela inicial resultar em número não inteiro, aplica-se o **arredondamento para baixo** (truncamento) para cada parcela, ficando eventuais unidades remanescentes (diferença entre demanda total e soma das parcelas truncadas) a serem distribuídas conforme regra do rodízio prevista no item 6.5.

6.4.3. Exemplo: demanda 80 exames / 3 laboratórios → parcela aproximada 26,67 → cada um recebe 26 exames; sobrarão 2 exames (80 – 78) que serão distribuídos conforme rodízio (item 6.5).

6.5. Regra do rodízio para distribuição das unidades remanescentes e para balanceamento:

6.5.1. As unidades remanescentes (quando houver) serão atribuídas, uma a uma, aos laboratórios segundo ordem de rodízio previamente estabelecida e constante da lista de classificação, alternando semanalmente a atribuição do excedente entre os credenciados, de modo que, ao longo do tempo, a distribuição se mantenha equilibrada.

6.5.2. O rodízio será aplicado de forma a que, na semana seguinte, o(s) laboratório(s) que receberam, na semana anterior, a(s) unidade(s) excedente(s), passe(m) para a última(s) posição(ões) do ciclo de distribuição, garantindo alternância.

6.5.3. Sempre que razoável e possível, a Administração buscará a divisão igualitária das demandas entre os credenciados.

6.5.4. Uma vez que o Credenciamento tem vigência de 01 (um) ano, podendo haver novos credenciados a qualquer momento, caso já tenha ocorrido a prestação do serviço, e considerando que haja habilitação de um novo credenciado, o quantitativo a ser dividido entre os prestadores será o do saldo do serviço restante, contado a partir da data de habilitação do novo credenciado para o respectivo item.

6.6. Distribuição simultânea e paralelismo:



6.6.1. O credenciamento é paralelo e não excludente: todos os laboratórios habilitados poderão ser demandados simultaneamente, na mesma semana, de acordo com a demanda do Município e sua capacidade declarada.

6.6.2. Não é necessário aguardar a conclusão de atendimento de um laboratório para iniciar o atendimento em outro: a Administração poderá encaminhar solicitações em **paralelo** a diferentes credenciados, respeitados os limites de capacidade declarada e as regras deste capítulo.

6.7. Ordem cronológica, preferência local/regional e efeitos do ingresso tardio:

6.7.1. A preferência entre credenciados tecnicamente equivalentes observará a ordem cronológica de protocolo dos documentos de habilitação na plataforma eletrônica (Portal de Compras Públicas), conforme já previsto no Edital. Para delimitar a ordem cronológica será considerada a data e o horário do último documento anexado pelo interessado.

6.7.2. Serão convocadas prioritariamente as empresas localizadas dentro dos limites do município e, na sequência, as regionais; só serão demandadas empresas não-regionais após esgotadas as possibilidades de atendimento por locais/regionais, salvo em situações em que a necessidade justificar alocação diversa.

6.7.3. Caso novos credenciados ingressem no cadastro durante a vigência do credenciamento, o novo credenciado assumirá posição final na ordem de rodízio e sua participação nas distribuições posteriores observará apenas o saldo de demanda remanescente a partir da data de habilitação, não sendo imputado retroativamente histórico de atendimento.

6.8. Não havendo mais de um prestador de serviços para determinado item, será contratado apenas aquele que atender o Edital, enquanto não houver outro credenciado.

6.9. Porquanto a inviabilidade de competição configura-se pelo fato de a Administração dispor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, nos casos de contratações paralelas e não excludentes, isto é, quando a solução da necessidade pública demanda a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados, caso o número de CREDENCIADOS se iguale à quantidade de serviços a serem solicitados, a seleção continuará a obedecer a ordem cronológica de credenciamento. Sendo assim, caso o quantitativo do serviço demandado se iguale ao número de prestadores interessados, não será possível novos credenciamentos, salvo em hipótese de descredenciamento daqueles já credenciados.

6.10. Caso o credenciado constate incapacidade superveniente e comprovada de atender à parcela atribuída, deverá, de forma fundamentada e documental, comunicar imediatamente a Administração para readequação da distribuição; a falta de comunicação tempestiva poderá configurar infração contratual.

6.11. **A habilitação e credenciamento não obriga a contratação pela administração pública.**

6.12. **A qualquer tempo o Termo de Credenciamento/Contrato poderá ser alterado nos termos da lei, visando adequar o serviço às condições de execução previstas pelo Município.**

## **7. DO DESCREDENCIAMENTO**

7.1. Os credenciamentos regidos por este edital têm caráter precário, podendo, a qualquer momento, a CREDENCIADA ou a administração denunciá-lo, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do exercício do contraditório e da ampla defesa.

7.2. A CREDENCIADA poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao Município.

7.2.1. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles inerentes, cabendo em casos de irregularidade na

execução do serviço a aplicação das sanções aplicáveis à inexecução parcial e/ou total dos contratos definidas na Lei nº 14.133/2021;

7.3. No caso de convocação geral de todos os credenciados para a realização do serviço ou fornecimento do bem, a CREDENCIADA que se declarar impedida de atender às demandas deverá solicitar seu descredenciamento em até 02 (dois) dias úteis da convocação.

7.4. O descredenciamento não proíbe que a CREDENCIADA requeira novo credenciamento para ele ou outro objeto a ser contratado.

7.5. O CREDENCIANTE poderá, a qualquer tempo, avaliar a continuidade do credenciamento, observados, em especial, aos requisitos dispostos no Termo de Credenciamento.

## 8. DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Os credenciados atenderão o Município em sistema de rodízio em ordem cronológica de credenciamento, e solicitação de serviços, mediante prévia solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente, conforme o Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta do Termo de Credenciamento, Anexo deste Edital.

## 10. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

10.1. Os preços, bem como os procedimentos e orientações técnicas relativas ao faturamento e pagamento das despesas, são os constantes da tabela de preços estabelecida no **Termo de Referência, Anexo I** deste Edital.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura do Termo de Credenciamento ou instrumento equivalente.

11.3. Dos atos praticados referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital, caberão recursos administrativos, devendo o interessado apresentar recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados da resposta negativa.

11.4. Os demais interessados serão notificados da apresentação do recurso, para, querendo, apresentar contrarrazões, em outros 3 (três) dias úteis, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa de seus interesses.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. **Os recursos deverão ser encaminhados SOMENTE em campo próprio do sistema.**

11.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



11.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **12. DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO**

12.1. Todos aqueles que preencherem os requisitos exigidos neste edital terão seus requerimentos de credenciamento homologados pela autoridade competente;

12.2. Cumpridas as exigências de habilitação, o credenciamento será homologado, sendo formalizado mediante assinatura de Termo de Credenciamento ou instrumento equivalente;

## **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **14. DA RESCISÃO, ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

14.1. O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo às sanções aplicáveis, na forma desta legislação.

14.2. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

14.3. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

## **15. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Credenciamento ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Credenciamento ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Credenciamento ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. A referida Nota está substituindo o Termo de Credenciamento, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;



15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, Anexo deste Edital.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei Federal nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e seus Anexos.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas na Minuta de Termo de Credenciamento, Anexo deste Edital.

## **17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do [art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

17.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

17.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.3.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.3.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.3.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.3.4. Deixar de apresentar amostra;

17.1.3.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.4. Não assinar o Termo de Contrato/ARP ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;



- 17.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 17.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 17.1.8.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 17.1.8.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 17.1.8.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 17.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.1.10. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013](#).
- 17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 17.2.1. Advertência;
- 17.2.2. Multa;
- 17.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e;
- 17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- 17.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 17.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 17.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 17.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 17.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 17.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 17.5.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.3 e 17.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 17.5.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.5 a 17.1.10, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 17.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



17.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.3 e 17.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.5 a 17.1.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.3 e 17.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

17.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.15. Serão publicadas no Diário Oficial do Município de Teixeira-MG, as sanções administrativas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

17.16. **DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:** Os licitantes e a Contratada devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.16.1. **PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

a) **PRÁTICA CORRUPTA:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato.

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato.

c) **PRÁTICA CONCERTADA:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.



d) **PRÁTICA COERCITIVA:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento a qualquer momento, a partir de sua publicação.

18.2. **A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.**

18.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no **Portal de Compras Públicas** no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao [art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

18.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

18.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

18.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

18.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

18.9. Em caso de pessoa física, a petição de impugnação deverá ser apresentada pelo próprio requerente ou procurador, acompanhada de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília /DF.

19.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.3. A Prefeitura Municipal de Teixeira-MG poderá revogar este Procedimento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por



ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório;

19.4. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela apresentação de documentos relativos a este instrumento de credenciamento;

19.5. Os proponentes obrigam-se a observar e guardar sigilo de todos os dados pessoais e profissionais obtidos em decorrência do presente instrumento de credenciamento, e a não utilizar ou divulgar as informações obtidas para qualquer fim, sob as penas da lei civil, penal e correlatas.

19.6. Aplicam-se ao presente credenciamento, naquilo que compatível, a Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

19.7. As informações relativas à classificação/habilitação do(a) CREDENCIADO(A), bem como os avisos relativos a este Credenciamento, estão disponível na plataforma do **Portal de Compras Públicas**, disponível em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e, complementarmente, no site da prefeitura.

19.8. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

19.9. Ficam os licitantes/contratados obrigados a manterem os endereços físicos e eletrônico (e-mail) atualizados e, ainda, ficam obrigados a informar à Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias, em caso de quaisquer alterações.

19.10. As normas disciplinadoras deste processo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.14. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.14.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.15.1. A anulação do Procedimento induz à extinção do contrato, ou instrumento equivalente.

19.15.2. A anulação do credenciamento por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

19.16. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Procedimento, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.



19.17. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço eletrônico <https://www.teixeiras.mg.gov.br/index.php/licitacoes/editais-de-licitacao>.

19.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.18.1. ANEXO I – Termo de Referência

19.18.2. ANEXO I-A – Estudo Técnico Preliminar

19.18.3. ANEXO II – Ficha de Inscrição

19.18.4. ANEXO III – Declaração de Capacidade de Atendimento

19.18.5. ANEXO IV – Minuta do Termo de Credenciamento

Teixeiras, 23 de setembro de 2025

**NIVALDO RITA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANEXO – I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Credenciamento de laboratórios de análises clínicas para realização de exames de patologia clínica, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira/MG, conforme especificações e quantitativos a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL ESTIMADO
01	Realização de exames de patologia clínica constantes na tabela de procedimentos medicamentos e OPM do SUS, constante no endereço eletrônico: <a href="http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp">http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp</a> .	R\$ 420.000,00

GRUPO 02	SUB GRUPO 02	QUANTIDADE	VALOR
Procedimentos com Finalidade Clínica	Diagnostico em Laboratório com finalidade Clínica	Conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Respeitando o teto financeiro estimado.	Conforme Tabela SUS por exame
<b>FORMA ORGANIZACIONAL</b>			
<b>01 - Exames Bioquímicos</b>			
<b>02 - Exames hematológicos e hemostasia</b>			
<b>03 - Exames sorológicos e imunológicos</b>			
<b>04 - Exames coprológicos</b>			
<b>05 - Exames de uroanálise</b>			
<b>06 - Exames hormonais</b>			
<b>07 - Exames toxicológicos ou de monitorização terapêutica</b>			
<b>08 - Exames microbiológicos</b>			
<b>09 - Exames em outros líquidos biológicos</b>			
<b>10 - Exames de genética</b>			
<b>11 - Exames para triagem neonatal</b>			
<b>12 - Exames imunoematológicos</b>			
<b>TOTAL GERAL MÁXIMO ESTIMADO (12 MESES)</b>		<b>R\$ 420.000,00</b>	

1.2. Todos os serviços e procedimentos da tabela acima serão pagos de acordo com os valores constantes na Tabela SUS, disponíveis para consulta no endereço <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>.

1.3. Novos procedimentos poderão ser incluídos conforme atualizações do Ministério da Saúde junto a Tabela SIGTAP, durante a vigência do contrato.

1.4. Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, não se enquadrando como bens de luxo, conforme Decreto Municipal nº 553/2024.

1.5. A validade do credenciamento para este Edital será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período conforme interesse e necessidade da Administração.

1.6. O prazo de vigência da Contrato será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

1.7. O serviço objeto do presente credenciamento é enquadrado como de natureza **contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, uma vez que se entende que os exames laboratoriais devem ser prestados com periodicidade constante, conforme a demanda da rede de saúde municipal. A realização



regular desses exames é fundamental para garantir diagnósticos oportunos, acompanhar tratamentos, prevenir complicações e reduzir internações, resultando em maior eficiência no sistema de saúde pública.

1.8. Ademais, os serviços em questão possuem caráter **continuado**, uma vez que se estendem ao longo de mais de um exercício financeiro e de forma ininterrupta, em razão da necessidade permanente de exames laboratoriais no âmbito do SUS municipal. Por se tratar de rotina essencial de suporte assistencial à Administração Pública de Saúde, eventual interrupção comprometeria diretamente o diagnóstico, o tratamento e a prevenção de doenças, ocasionando prejuízos à população usuária e colocando em risco a regularidade das ações de saúde do Município de Teixeira/MG.

1.9. A Minuta do Termo de Credenciamento (**Anexo IV**), oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.10. Os serviços serão prestados conforme necessidade da Secretaria Requisitante.

1.11. A forma de execução da contratação será em regime de empreitada por **preço unitário**.

1.12. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

1.13. Será levada em consideração a demanda cadastrada e a disponibilidade orçamentária para realização dos serviços, podendo, assim, o credenciado realizar mais de um dos serviços requisitados.

1.14. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a

1.15. **A Prefeitura de Teixeira não está obrigada a contratar a totalidade dos itens licitados.**

1.16. **Os serviços serão prestados conforme a seguinte especificação:**

1.16.1 Os exames de patologia serão realizados em conformidade com a demanda dos usuários do sistema público municipal de saúde, sendo vedada a exigência de quantitativos mínimos.

1.16.2 Os preços unitários dos exames de patologia estão fixados pela Tabela de procedimentos, medicamentos e OPM do SUS.

1.16.3 É vedada a cobrança de qualquer valor adicional por parte dos credenciados.

1.16.4 Futuras alterações e atualizações dos valores praticados constantes na Tabela serão aplicados na execução deste objeto.

1.16.5 A coleta ou recebimento do material necessário para realização dos exames será realizado na sede própria das empresas credenciadas, mediante apresentação de autorização por escrito por parte da Secretaria Municipal de Saúde.

1.16.6 É vedada a utilização de prédios públicos para realização da coleta de materiais.

1.16.7 A coleta dos materiais para análise poderá ser realizada pelo contratado em hospitais e/ou domicílio do paciente quando solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.16.8 A Secretaria Municipal de Saúde poderá autorizar a coleta de materiais em locais diversos para atendimento de campanhas ou situações emergenciais sendo necessária a formalização da autorização com a devida anuência do responsável pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.16.9 É vedada a terceirização da atividade-fim dos serviços contratados, sem prévia autorização do Município.



1.16.10 A sede da empresa deverá ser adequada as normas sanitárias e específicas.

1.16.11 O atendimento aos usuários na sede da empresa deverá ser realizado de forma igualitária aos demais clientes da empresa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de tratamento diferenciado.

1.16.12 É de responsabilidade exclusiva e integral do proponente todas as despesas diretas e indiretas, mão de obra, máquinas e equipamentos, a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, e nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município de Teixeira/MG.

#### 1.17. **Processo de Solicitação:**

1.17.1 Todas as solicitações serão precedidas da Ordem de Serviços devidamente autorizada pelo responsável do setor requisitante.

#### 1.18. **Relatórios e Monitoramento:**

1.18.1 Relatórios mensais de atendimentos realizados, incluindo tempo de resposta, tipo de serviço prestado e eventuais ocorrências, para controle e monitoramento da eficiência do serviço.

1.19. Os serviços serão executados na sede da Contratada, e nas condições previamente definidas entre o Município e o CREDENCIADO.

1.20. O(a) Contratado(a) deverá executar os serviços de acordo com as Normas Técnicas, isentando o Município de qualquer responsabilidade por serviços prestados em desacordo com tais Normas.

1.21. O(a) Contratado(a) deverá manter profissional(is) suficiente(s) para a plena, perfeita e completa execução do serviço solicitado.

1.22. Caberá à Secretaria contratante acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

1.23. Caberá à Secretaria demandante observar e solicitar os serviços dos prestadores credenciados através dos critérios de convocação pré-estabelecidos, considerando o rodízio do credenciamento.

1.24. Os serviços deverão ser prestados em condições seguras, bem como deverão observar as normas técnicas dos órgãos reguladores, **RESPEITANDO-SE RIGOROSAMENTE O PRAZO DE ENTREGA ESTABELECIDO**, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sansão.

1.25. Na Emissão das Notas Fiscais, a descrição dos itens deverá estar conforme ordem de serviço, qualquer dúvida entrar em contato com o Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Urucânia, pelo telefone (31) 3709-0151, para eventuais explicações.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

2.2. As especificações técnicas do Termo de Referência foram delimitadas de forma a atender às necessidades desta Administração em sua totalidade, levando em consideração a realidade do mercado. Os critérios ora adotados dentro da razoabilidade, buscam garantir a qualidade técnica do objeto a ser executado, bem como a economicidade para o município.

2.3. A fixação do preço pela Administração acarretará a inviabilidade de competição, portanto possível a contratação de todas as empresas que se enquadrarem nos requisitos estabelecidos no edital, indistintamente. Vale ressaltar que com mais empresas participando aumenta-se as condições de

manutenção dos serviços em dia, pois, os mesmos não ficarão condicionados a uma única empresa, que poderia acarretar retardamento dos serviços. Além disso, pode-se considerar os seguintes objetivos básicos:

2.3.1 O credenciamento permite à Administração a seleção de todos os particulares que preencham os requisitos necessários para o fornecimento de determinado bem ou serviço, de forma a facilitar futuras contratações, se faz importante destacar que o credenciamento é previsto na Lei nº 14.133/2021 como uma das espécies de procedimentos auxiliares, que nada mais são do que instrumentos que podem ser utilizados para auxiliar o procedimento licitatório ou mesmo vir a substituí-lo em certos casos. Trata-se, basicamente, de ferramentas à disposição da Administração para reduzir a complexidade e aumentar a celeridade e a eficiência do processo de contratação;

2.4. As especificações técnicas do Termo de Referência foram delimitadas de forma a atender às necessidades desta Administração em sua totalidade, levando em consideração a realidade do mercado. Os critérios ora adotados dentro da razoabilidade, buscam garantir a qualidade técnica do objeto a ser executado, bem como a economicidade para o município.

2.5. Não existe previsão desta contratação no Plano de Contratações Anual do município, uma vez que o mesmo ainda não foi elaborado pelo município.

2.6. Esta aquisição será regida pela Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014, e demais normas aplicáveis para a contratação em questão.

2.7. O resultado como um todo preterido com a aludida contratação, é a pretensão em ofertar assistência integral aos usuários do SUS, no que tange especialmente à oferta do atendimento médico especializado, contribuindo assim para a melhoria da assistência e do atendimento ofertado, estabelecendo diretrizes atinentes à diagnósticos para prevenção ou tratamento de doenças.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os Requisitos da Contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 A prestação do serviço será de acordo com a demanda das Secretarias Municipais de Teixeira/MG e seu início deverá ocorrer em até 03 (três) dias úteis após a data de recebimento da ordem de serviço de acordo com o Termo de Referência;

5.2. Especificações quanto à emissão e recepção da ordem de fornecimento:

5.2.1 A ordem de serviço, a ser emitida pelo Departamento de Compras, é realizada de forma eletrônica pelo sistema informatizado e será enviada preferencialmente por e-mail, podendo a Administração enviar a ordem de fornecimento pessoalmente ou via correios (neste caso, mediante uso do Aviso de Recebimento – AR);

5.2.2 O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as ordens de fornecimento;

5.2.3 Considera-se como data do recebimento da ordem de fornecimento:



- a) O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de ordem de fornecimento enviada por e-mail;
- b) O dia do recebimento da correspondência, no caso de ordem de fornecimento enviada por meio postal.

#### **Forma de execução**

5.3. Os serviços prestados se darão de forma parcelada e o Regime de Execução será indireto, de acordo com as necessidades do Município de Teixeira/MG.

5.4. O Contrato firmado com o Município não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação sem autorização da Contratante, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

5.5. A Contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato/, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

5.6. A Contratada deverá ser responsável pelo pagamento de todos os encargos, tributos, frete, outras contribuições e/ou custos que sejam exigidas e necessários para a prestação de serviço/fornecimento.

5.7. Fica facultado à administração municipal retirar os itens no endereço da CREDENCIADA ou solicitar a entrega dos produtos no local do evento, devendo este local, ser indicado na Autorização de Fornecimento, emitida pelo Setor de Compras.

#### **5.8. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

- a) Início da execução do objeto: imediato após a assinatura do contrato;
- b) A empresa credenciada deverá recolher, diariamente, os materiais coletados para a realização dos exames em seu laboratório especializado.
- c) A Secretaria Municipal de Saúde realizará todo o controle de realização dos exames, sendo que somente serão remunerados os exames previamente autorizados e realizados pelo laboratório credenciado;
- d) Não haverá qualquer tipo de remuneração adicional que não seja o valor estabelecido pela realização do exame;
- e) As guias de requisição de exames deverão estar autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente preenchidas, carimbadas e assinadas pelo profissional competente, conforme protocolos do Ministério da Saúde;
- f) A empresa credenciada deverá arcar com todas as despesas de coleta diária dos materiais, despesas com insumos laboratoriais, equipamentos, mão de obra de bioquímicos e demais profissionais responsáveis pela realização dos exames e a disponibilização dos exames dentro dos prazos estabelecidos.

#### **5.7.1. Prazos para a entrega dos resultados dos exames**

- a) Os exames de rotina, em até 03 (três) dias úteis;
- b) Os de maior complexidade, em até 07 (sete) dias úteis;
- c) Os exames deverão ser realizados ao custo da tabela estabelecida no Termo de referência;
- d) O laboratório credenciado será remunerado por produção, em conformidade com o quantitativo realizado e preço estabelecido para realização dos exames;
- e) O município se reserva o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação de serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo administrativo interno, com garantia do contraditório e da ampla defesa;
- f) O credenciamento não configurará obrigatoriedade ou exclusividade na prestação dos serviços;



- g) O atendimento será realizado, proporcionalmente, mediante critério de distribuição, de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de saúde, observado o menor custo benefício do serviço, estabelecido em critérios objetivos de acessibilidade, distância, transporte, capacidade de resposta, dentre outros;
- h) O quantitativo previsto neste edital é meramente estimativo, podendo o contratante requisitar os serviços em quantidade inferior ou superior ao estabelecido nas planilhas constantes do Termo de Referência, de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de Saúde;
- i) Sempre que houver novo interessado, a demanda será redistribuída proporcionalmente a todos os credenciados;
- j) A distribuição equânime dos exames é de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde e a fiscalização de direito de todos os usuários, que poderão realizar denúncias de irregularidades a autoridade superior da Secretaria Municipal de Saúde;
- k) É vedada a cobrança de qualquer natureza dos pacientes encaminhados para a realização dos exames, sob pena de descredenciamento a ser apurado em processo administrativo instaurado imediatamente após a denúncia apresentada pelo usuário ou qualquer cidadão, assegurado ao credenciado o direito ao contraditório e a ampla defesa;
- l) O credenciamento não configurará relação de emprego entre o prestador credenciado e o município;

#### **Local e Horário da Prestação dos Serviços**

5.9. Os serviços serão prestados na Sede da Credenciada, conforme seu horário habitual de funcionamento.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.10. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.10.1 Para a perfeita execução dos serviços, a CREDENCIADA deverá disponibilizar pessoal, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

5.10.2 O acompanhamento do serviço será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e, em caso de irregularidade não sanada pelo prestador de serviço, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização;

#### **5.11. São obrigações dos prestadores de serviços à Secretaria Municipal de Saúde:**

5.11.1 Informar à Secretaria eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretoria ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.

5.11.2 Executar, conforme a melhor técnica os serviços, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas.

5.11.3 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas por força deste edital.

5.11.4 Permitir o acesso dos supervisores da Secretaria Municipal de Saúde para supervisionar e acompanhar a execução da prestação dos serviços especializados.

5.11.5 Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

5.11.6 Assumir total responsabilidade com os serviços; na impossibilidade de realizar os serviços por qualquer motivo, o credenciado deverá avisar imediatamente sua ausência para a Secretaria Municipal de Saúde, além de ser responsável por providenciar reposição, quando necessário.



5.11.7 Assegurar a presença de acompanhante aos pacientes menores de idade e com mais de 60 (sessenta) anos, bem como aos que necessitarem de acompanhamento ou atenção contínua, mediante prévia e expressa justificativa médica.

5.11.8 Comunicar imediatamente ao município por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

5.11.9 Assinar o termo de credenciamento no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data da notificação para este fim específico, a qual poderá ser realizada através de e-mail, devidamente comprovado.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.12. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto

#### **Garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.13. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do serviço, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **Fiscalização**

6.5. A execução do serviço deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal responsável, ou pelos respectivos substitutos.

6.6. O fiscal acompanhará a execução do serviço, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no termo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. Também anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização dos defeitos observados, sempre que necessário.

6.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do serviço, determinando prazo para a correção.

6.8. O fiscal informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.9. O prazo para execução dos serviços poderá ser prorrogado caso haja ocorrência de caso fortuito ou de força maior que impeça a finalização no prazo determinado, desde que a solicitação de prorrogação seja feita mediante apresentação de justificativa formal feita pela contratada e aceita pelo fiscal designado.



- 6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução total do serviço nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.11. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.12. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.13. Na hipótese de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste Termo.
- 6.14. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.
- 6.15. O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.18. Demais atribuições previstas no art. 23 do Decreto Municipal 553/2024.

### **Gestor do Contrato**

- 6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.26. Demais atribuições previstas no art. 22 do Decreto Municipal 553/2024.

## **7. DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.1.4. Descumprimento do prazo de entrega estabelecido, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e previamente aceitas pela Administração.

7.2. A indicação do Gestor, Fiscal e de seus substitutos caberá ao Secretário da Pasta.

7.3. A Gestão do Contrato será realizada por servidor designado pela Administração.

7.4. A Fiscalização será coordenada pela Secretaria solicitante e realizada por servidor(es) designado(s) por meio de portaria para a fiscalização.

7.5. A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais.

7.6. Em caso de eventuais necessidades de modificações no quadro de gestores e fiscais do contrato, o ato será formalizado por meio de portaria desta instituição.

7.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor designado para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto (art. 13 do Decreto Municipal 553/2024).

7.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato (art. 14 e 15 do Decreto Municipal 553/2024).

7.9. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos.



7.10. Será adotado, durante toda a vigência do contrato, parâmetros para medição dos resultados, contemplando indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização designada pela Administração, visando a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

7.11. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços.

7.12. São indicadores básicos de avaliação do serviço:

7.12.1 Rotina de trabalho;

7.12.2 Qualidade na prestação dos serviços;

7.12.3 Disponibilidade de funcionários;

7.12.4 Pontualidade e qualidade dos equipamentos fornecidos, bem como substituição e manutenção quando necessário;

7.12.5 Cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;

7.12.6 Cumprimento de obrigações contratualmente estabelecidas;

7.12.7 Cumprimento de determinações e notificações.

### **Do recebimento**

7.13. O recebimento provisório dos serviços ficará a cargo do fiscal técnico ou administrativo, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver.

7.14. O recebimento provisório e definitivo dos serviços deve ser realizado em consonância com as regras definidas no ato convocatório.

7.15. Ao realizar o recebimento dos serviços, o órgão ou entidade deve observar o princípio da segregação das funções.

7.16. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 24 (vinte e quatro horas), pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([art. 140, inciso I, "a", da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

7.17. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.18. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.19. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.20. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.21. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos,

que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

### **Liquidação e Prazo de pagamento**

7.22. Para fins de liquidação, a contratada **deverá** apresentar nota fiscal dos serviços prestados;

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até **15 (quinze)** dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.24.1 O prazo de validade;

7.24.2 A data da emissão;

7.24.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.24.4 A descrição do serviço prestado e das peças substituídas;

7.24.5 O valor a pagar; e

7.24.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

7.27. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos em que se constarem os débitos.

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.



## Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O contratado será selecionado por meio de realização de procedimento de Contratação Direta, Inexigibilidade de licitação, procedimento auxiliar de Credenciamento, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. O regime de execução do contrato será o de **empreitada por preço unitário**.

### Exigências de habilitação

#### Habilitação jurídica

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.9. A apresentação do Contrato Social poderá ser dispensada, nos casos em que o fornecedor constar com seus dados cadastrais atualizados no Cadastro Geral do Município (CGM).

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.16. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.16.1 Em virtude da natureza desta licitação, que se destina à contratação de bens e serviços, inclusive para entrega imediata, a documentação exigida para a qualificação econômico-financeira dos licitantes será restrita à apresentação da "Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial", conforme preconizado pela Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Tal certidão deve ser emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, devendo ser apresentada dentro do período de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão ou dentro do prazo de validade especificamente declarado no documento.

8.16.2 Consequentemente, fica dispensada a exigência de entrega dos demais documentos contábeis para a habilitação econômico-financeira, inclusive em observância ao disposto no art. 70, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, salvo se a natureza e complexidade do objeto contratual justificarem a exigência do Balanço Patrimonial dos últimos dois exercícios financeiros. Nesses casos, deverá ser assegurado que tal exigência cumpra os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, sem restringir indevidamente a competitividade do certame, conforme o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e os princípios da Administração Pública. A justificativa para a exigência do Balanço Patrimonial deverá estar claramente fundamentada no instrumento convocatório, demonstrando a pertinência da exigência em relação à natureza do objeto da licitação.

8.16.3 Essa cláusula fundamenta-se no entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a necessidade de equilíbrio nas exigências de qualificação econômico-financeira. Baseia-se em jurisprudência consolidada, como os Acórdãos 1214/2013-TCU-Plenário, 2763/2016-TCU-Plenário e 1.335/2010 - TCU Plenário, que reforçam a importância de não estabelecer exigências que comprometam a competitividade da licitação.

### **Qualificação Técnica**

8.17. Alvará Sanitário emitido pelo Órgão Municipal competente ou documento equivalente emitido por Órgão Federal ou Estadual que comprove sua atividade comercial ou quando dispensado no Município de origem da empresa licitante, deverá ser apresentada declaração, legislação municipal ou outro documento que comprove a dispensa do alvará sanitário;

8.18. Autorização de Funcionamento da licitante vencedora, expedida pela Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou comprovante de isenção se aplicável.

8.19. Registro ou Inscrição na entidade profissional competente da empresa CREDENCIADA;



- 8.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- 8.21. Ficha de Inscrição (ANEXO II);
- 8.22. Declaração de Capacidade de Atendimento (Anexo III);

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O custo estimado total da contratação será de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).
- 9.2. A Secretaria Municipal de Saúde, após realizar diagnóstico da demanda pelos exames, realizou rol de possíveis exames que serão demandados pela população. O rol é extensivo e espera-se que faça a cobertura de toda a demanda municipal.
- 9.3. No que se refere ao preço estabelecido, a Secretaria Municipal de Saúde utilizou-se dos preços de referências estabelecidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) através da Tabela SIGTAP, exceto, os quatro últimos exames, que foram referenciados pelos preços praticados pelos laboratórios locais, uma vez que há uma defasagem via tabela SUS atualmente destes exames, inviabilizando o credenciamento de interessados para sua realização.
- 9.4. Os exames serão realizados em conformidade com a regulamentação vigente, com este Termo de Referência e com a Tabela de Preços contida no endereço eletrônico <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios consignados no Orçamento do Município, sendo informados na declaração de disponibilidade orçamentária, documento presente nos autos deste processo.

**As especificações e condições dos serviços é de responsabilidade exclusiva da secretaria requisitante, não sendo atribuído ao Agente de Contratação e Equipe de apoio quaisquer culpabilidades neste sentido.**

Teixeiras, 22 de setembro de 2025.

Paulo Sérgio de Oliveira  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**



## **ANEXO – I-A**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por fim encontrar a melhor solução para atender à necessidade da **Secretaria de Saúde do Município de Teixeira-MG**, nos termos a seguir expostos.

#### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A assistência aos usuários é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como todo o cuidado médico, desde a atenção primária até os procedimentos mais complexos, de forma organizada e hierarquizada. Os serviços de saúde compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana. Nesta linha, cabe transcrever o que dispõe os Art. 196 e 197 da Carta Magna.

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

“Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.”

Os serviços prestados visam atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento das demandas dos usuários do SUS, tendo como ação prioritária a necessidade de zerar a fila de espera dos pedidos e realização de exames laboratoriais de média e alta complexidade.

Ressalta-se que os pacientes constantes na fila de espera são pacientes provenientes de baixa renda, residentes no município de Teixeira/MG, sendo o Sistema Único de Saúde (SUS) a única alternativa para atender as demandas de saúde de forma eficiente e sem custo. Nesse sentido, é inegável entender que se não houver o fornecimento da prestação dos serviços de forma complementar, os usuários serão prejudicados, pois a falta ou o retardamento de diagnósticos precoce ou conclusivos acarretaria vários prejuízos quanto ao procedimento de saúde a ser adotado.

#### **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Embora o Município de Teixeira ainda não tenha consolidado seu Plano de Contratações Anual (PAC), a aquisição dos itens objeto da presente contratação encontram-se alinhados ao planejamento do Município, uma vez que são de uso rotineiro e essencial desta Administração, tendo, assim, previsão orçamentária para sua realização neste ano e no próximo ano contábil.

#### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Sustentabilidade**

Sempre que possível, o laboratório deverá adotar práticas de uso racional de água, energia elétrica e insumos, evitando desperdícios e priorizando materiais de menor impacto ambiental quando disponíveis.

##### **Gestão de resíduos**

O laboratório deverá, quando requisitado, apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) simplificado, bem como comprovar contrato ou declaração de vínculo com empresa licenciada para coleta e destinação final dos resíduos infectantes e perfurocortantes.

##### **Biossegurança**

O laboratório deverá comprovar que adota medidas básicas de biossegurança, incluindo uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para a equipe e procedimentos adequados de armazenamento e transporte interno de amostras.

### Segurança da informação

O credenciado deverá zelar pela confidencialidade dos dados dos pacientes e cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), adotando procedimentos mínimos de segurança para o armazenamento e envio dos resultados de exames.

### Da Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que se trata de prestação de serviço comum, e a aplicação de garantias pode tornar sua execução mais complexa.

## 4. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

10.2. O quantitativo estimado foi baseado naquele previsto para o atendimento das demandas da secretaria de Saúde, considerando também um possível aumento da demanda, conforme quantitativo detalhado na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL ESTIMADO
01	Realização de exames de patologia clínica constantes na tabela de procedimentos medicamentos e OPM do SUS, constante no endereço eletrônico: <a href="http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp">http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp</a> .	R\$ 420.000,00

GRUPO 02	SUB GRUPO 02	QUANTIDADE	VALOR
Procedimentos com Finalidade Clínica	Diagnostico em Laboratório com finalidade Clínica	Conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Respeitando o teto financeiro estimado.	Conforme Tabela SUS por exame
<b>FORMA ORGANIZACIONAL</b>			
<b>01 - Exames Bioquímicos</b>			
<b>02 - Exames hematológicos e hemostasia</b>			
<b>03 - Exames sorológicos e imunológicos</b>			
<b>04 - Exames coprológicos</b>			
<b>05 - Exames de uroanálise</b>			
<b>06 - Exames hormonais</b>			
<b>07 - Exames toxicológicos ou de monitorização terapêutica</b>			
<b>08 - Exames microbiológicos</b>			
<b>09 - Exames em outros líquidos biológicos</b>			
<b>10 - Exames de genética</b>			
<b>11 - Exames para triagem neonatal</b>			
<b>12 - Exames imunohematológicos</b>			
<b>TOTAL GERAL MÁXIMO ESTIMADO (12 MESES)</b>		<b>R\$ 420.000,00</b>	

Considerando a natureza do objeto, não é possível estabelecer previamente um quantitativo fixo de exames a serem realizados ao longo da vigência do credenciamento. Isso ocorre em razão da própria característica da demanda em saúde, que é variável e depende das necessidades clínicas dos pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal.

Dessa forma, a estimativa de quantitativo foi elaborada a partir de parâmetros objetivos:

- A população do Município de Teixeira/MG, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui em 2025 uma população estimada em 12.691 habitantes;
- O histórico de consumo e encaminhamentos para exames laboratoriais dos últimos exercícios, levantado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- A necessidade de garantir cobertura adequada para todos os usuários do SUS, assegurando o acesso universal e contínuo aos exames laboratoriais básicos e especializados.

Com base nesses elementos, foi estabelecido um valor estimado anual de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) para a execução do credenciamento, valor este que corresponde a uma previsão razoável da demanda municipal. O pagamento será realizado conforme a efetiva prestação dos serviços, observando-se os valores constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (SIGTAP/SUS) vigente, sendo remunerado cada exame pelo valor ali definido.

Importante frisar que o valor ora estimado não implica em garantia de contratação do montante integral, tratando-se apenas de previsão para fins de planejamento administrativo e orçamentário, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. A contratação efetiva será realizada de acordo com a demanda real apresentada pelos serviços de saúde do município, podendo ser inferior ou superior à média mensal projetada, desde que respeitado o limite do valor estimado anual.

Assim, a estimativa de quantitativo, embora não represente um compromisso de consumo fixo, permite que a Administração assegure a adequação do planejamento orçamentário e a viabilidade da contratação, sem restringir a competitividade do credenciamento, que permanece paralelo e não excludente entre todos os prestadores interessados e habilitados.

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

O atendimento às demandas de exames laboratoriais de patologia clínica é essencial para o funcionamento do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, em especial para a Secretaria de Saúde de Teixeira/MG. Tais exames são frequentemente requeridos para diagnósticos médicos, acompanhamento de tratamentos, monitoramento de doenças crônicas, exames preventivos, pré-natais e outras situações que integram a rotina assistencial dos serviços públicos de saúde.

Diante dessa necessidade contínua e variável, realizou-se levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas viáveis para a prestação desse serviço, considerando aspectos técnicos, operacionais, sanitários e econômicos.

Foram avaliadas, principalmente, duas possibilidades: a execução direta pela Administração Pública Municipal (com estrutura própria) e a contratação de prestadores especializados (terceirização mediante credenciamento). A primeira alternativa mostrou-se atualmente impraticável, tendo em vista a ausência de estrutura laboratorial adequada, a necessidade de investimentos expressivos em equipamentos de alta complexidade, além da implementação de rígidos protocolos de biossegurança e de gestão de resíduos de serviços de saúde. Tal modelo geraria altos custos fixos e complexidades operacionais que desviariam o foco das funções centrais da administração em saúde.

A segunda alternativa, já adotada por diversos municípios, consiste no credenciamento de laboratórios de análises clínicas já estabelecidos, com expertise técnica, estrutura própria, profissionais habilitados, regularidade sanitária e capacidade de atender às exigências legais e assistenciais do SUS. Esses laboratórios dispõem de condições para realizar a coleta, o processamento e a emissão de laudos dentro dos prazos necessários, atendendo às demandas da população com segurança e qualidade.

Com base nessa análise, conclui-se que o credenciamento de laboratórios especializados representa a solução mais eficiente e economicamente viável para o município, garantindo a universalidade e a

continuidade do atendimento, sem os custos e complexidades da estruturação de um laboratório público próprio.

### **Justificativa da Opção pelo Credenciamento**

A adoção do modelo de credenciamento para laboratórios de análises clínicas é técnica, legal e economicamente vantajosa para o Município de Teixeira/MG, pelos seguintes motivos:

**Flexibilidade e descentralização:** O credenciamento permite que diversos laboratórios sejam selecionados simultaneamente, favorecendo a cobertura da demanda municipal e garantindo maior agilidade na distribuição de pacientes entre os credenciados.

**Atendimento à demanda variável:** O modelo atende com eficiência à natureza imprevisível da demanda em saúde, permitindo que as contratações ocorram conforme a real necessidade, sem a obrigação de estimar previamente um número fixo de exames.

**Segurança jurídica e transparência:** O credenciamento segue critérios públicos e objetivos, assegurando isonomia, transparência e legalidade no processo de seleção, conforme previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

**Controle administrativo e qualidade:** O município poderá avaliar continuamente a execução dos serviços, monitorando prazos, qualidade e cumprimento das exigências sanitárias, inclusive com a possibilidade de descredenciamento de prestadores que não cumprirem os requisitos.

**Histórico positivo da modalidade:** Ressalta-se que o credenciamento já se consolidou como prática eficiente em diversas áreas da saúde pública, demonstrando bons resultados na ampliação do acesso e na regularidade da prestação dos serviços.

Em síntese, a fixação dos valores pela Tabela SUS torna inviável a competição em termos de preços, sendo plenamente possível a contratação de todos os interessados que comprovem o atendimento aos requisitos do edital. Quanto maior o número de credenciados habilitados, maior a segurança de que o município conseguirá atender às necessidades da população, sem depender de um único prestador, o que poderia comprometer a continuidade do serviço.

### **Justificativa para Preferência de Prestadores Locais e Regionais**

Considerando a natureza do objeto, a priorização de laboratórios locais e regionais (instalados em Teixeira/MG ou municípios próximos) constitui medida técnica, operacional e socialmente justificável.

Do ponto de vista assistencial, a proximidade geográfica reduz deslocamentos de pacientes, muitos em situação de vulnerabilidade, assegurando maior conforto, rapidez no acesso e menor custo com transporte. Essa medida contribui diretamente para a efetividade da atenção básica e para a adesão aos tratamentos, evitando atrasos em diagnósticos e terapias.

Administrativamente, a utilização de prestadores locais facilita a comunicação entre a Secretaria de Saúde e os laboratórios, permite agilidade na entrega de resultados e favorece a fiscalização, já que a proximidade possibilita visitas técnicas periódicas e maior controle da execução contratual.

Do ponto de vista socioeconômico, a preferência por prestadores locais e regionais fortalece a economia municipal, incentiva a geração de empregos e promove a circulação de recursos dentro da comunidade. Trata-se de medida que está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e promoção do desenvolvimento local e sustentável, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o credenciamento permanece paralelo e não excluyente, permitindo a participação de todos os interessados que atendam aos requisitos editalícios. A preferência por prestadores locais e regionais aplica-se apenas no momento da distribuição das demandas, sendo que prestadores não regionais poderão

ser convocados em situações excepcionais, como excesso de demanda, incapacidade temporária de laboratórios locais ou ausência de exames específicos em sua carteira de serviços.

Portanto, a preferência pela utilização de laboratórios locais e regionais justifica-se não apenas por razões técnicas e operacionais, mas também por seu impacto positivo no desenvolvimento socioeconômico e na qualidade da prestação do serviço de saúde, garantindo maior eficiência, proximidade e sustentabilidade para a Administração Pública.

## 6. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total previamente estimado para esta contratação é de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais). Tal valor leva em consideração todo aquele já exposto no Tópico 4 – **Estimativa do quantitativo**.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para atender à necessidade apresentada é o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas em análises clínicas para a realização de exames de patologia clínica, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira/MG.

Os serviços pretendidos são de caráter contínuo e sob demanda, uma vez que o volume de exames a serem realizados depende diretamente da necessidade da rede municipal de saúde, variando de acordo com o número de atendimentos médicos e solicitações emitidas. A prestação dos serviços se dará conforme a programação estabelecida semanalmente pela Secretaria de Saúde, respeitando a capacidade técnica e operacional de cada laboratório credenciado.

Além disso, para que a contratação alcance os resultados esperados e atenda plenamente ao interesse público, deverão ser observados altos padrões de qualidade e rigorosa conformidade com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), pelo Conselho Regional de Biomedicina (CRBM) e demais órgãos reguladores da atividade laboratorial.

### **Condições gerais de execução:**

Os exames deverão ser realizados em instalações adequadas, licenciadas e regularmente fiscalizadas, em estrita observância às boas práticas laboratoriais e normas sanitárias vigentes, garantindo segurança, confiabilidade e rastreabilidade dos resultados.

Todos os procedimentos deverão ser executados por profissionais habilitados e em número suficiente para atender à demanda encaminhada pelo Município, observando-se a necessidade de supervisão técnica por profissional legalmente responsável.

Os exames deverão ser realizados utilizando equipamentos calibrados, insumos regularizados pela ANVISA e métodos reconhecidos cientificamente, de modo a assegurar a precisão diagnóstica e a integridade das amostras.

O(a) credenciado(a) deverá entregar os resultados dentro dos prazos máximos definidos pela Secretaria de Saúde, sendo vedados atrasos injustificados que possam comprometer o acompanhamento clínico dos pacientes.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar fiscalizações periódicas in loco, bem como auditorias técnicas sobre a execução dos serviços, podendo exigir ajustes imediatos ou substituição de exames em caso de não conformidade, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

Caberá à Secretaria de Saúde organizar e distribuir as demandas de exames entre os laboratórios credenciados, conforme critérios de capacidade, proporcionalidade e rodízio, previamente estabelecidos neste edital.



Todos os serviços deverão ser prestados em condições seguras, com respeito integral às normas técnicas, éticas e regulatórias, sendo improrrogáveis os prazos de entrega dos resultados, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

As Notas Fiscais emitidas deverão discriminar detalhadamente os exames realizados, em conformidade com as ordens de serviço expedidas pela Secretaria de Saúde, cabendo ao credenciado sanar qualquer dúvida junto ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Teixeira/MG, no telefone (31) 3709-0151.

## **8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

O objeto em análise refere-se ao credenciamento de laboratórios de análises clínicas para realização de exames de patologia clínica, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira/MG. Nesse contexto, entende-se que o parcelamento da contratação não se mostra adequado nem aplicável. Isso porque o modelo de credenciamento já garante a participação de todos os interessados que comprovarem capacidade técnica e atenderem às exigências legais, dispensando a necessidade de fracionamento em lotes ou parcelas.

Os exames laboratoriais, embora distintos em sua natureza, possuem finalidade única e indivisível, qual seja, assegurar diagnósticos confiáveis e oportunos, acompanhar tratamentos e prevenir agravos à saúde da população. Dessa forma, o fracionamento artificial da contratação poderia comprometer a continuidade da assistência, dificultando a gestão operacional das demandas da rede municipal de saúde.

Ademais, o credenciamento em si já prevê a distribuição proporcional das demandas entre os prestadores habilitados, considerando a capacidade de atendimento declarada por cada laboratório, o que garante maior eficiência e equilíbrio no atendimento. Tal sistemática permite que diferentes prestadores sejam convocados de forma simultânea, sempre de acordo com a real necessidade da Administração, assegurando economicidade, qualidade e isonomia.

Diante desse cenário, a adoção do parcelamento não se justifica, uma vez que, além de não trazer benefícios práticos, poderia restringir a competitividade e reduzir a flexibilidade da Administração na alocação da demanda. Portanto, a contratação deve ocorrer de forma integral por meio do credenciamento, solução que se mostra a mais adequada sob os pontos de vista técnico, jurídico e operacional, garantindo a regularidade e a continuidade da prestação dos serviços essenciais à saúde da população de Teixeira.

## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

O credenciamento de laboratórios de análises clínicas para a realização de exames de patologia clínica, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira/MG, visa assegurar maior eficiência, qualidade e agilidade na prestação de serviços laboratoriais à população. Com essa contratação, pretende-se garantir que os usuários do sistema de saúde municipal tenham acesso a exames confiáveis e tempestivos, fundamentais para o diagnóstico precoce, acompanhamento clínico e tomada de decisões terapêuticas adequadas.

Espera-se, também, a padronização e rastreabilidade dos procedimentos laboratoriais, promovendo maior segurança nos resultados e facilitando o controle epidemiológico das doenças, contribuindo para a saúde pública do município. Adicionalmente, a medida objetiva ampliar a cobertura e o acesso aos exames, reduzir o tempo de espera e otimizar os recursos públicos, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente dos serviços de saúde, atendendo às demandas da população com qualidade, segurança e economicidade.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO**

Antes de proceder ao credenciamento de laboratórios de análises clínicas para a realização de exames de patologia clínica, o Município de Teixeira deve adotar uma série de providências prévias que assegurem a efetividade, qualidade técnica e segurança dos serviços laboratoriais. O primeiro passo consiste na realização de um levantamento detalhado das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o tipo e a frequência dos exames requeridos, a complexidade dos procedimentos, os volumes estimados e as

especificidades de cada unidade de atendimento, garantindo que o escopo do credenciamento reflita com precisão as demandas locais.

Essa etapa é fundamental para definir os critérios técnicos a serem exigidos, incluindo padrões de qualidade, conformidade com normas sanitárias e de biossegurança, prazos máximos para entrega de resultados e a rastreabilidade dos exames realizados. Além disso, é necessário preparar e capacitar os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato de credenciamento. Essa capacitação deve englobar o entendimento dos protocolos laboratoriais, boas práticas de coleta e manipulação de amostras, verificação de certificações, controle de qualidade dos resultados e domínio dos procedimentos administrativos para registro, acompanhamento e avaliação do desempenho dos laboratórios credenciados.

Essas medidas são essenciais para assegurar que os serviços laboratoriais prestados sejam executados com qualidade, confiabilidade e regularidade, em plena conformidade com as normas técnicas e o interesse público, garantindo o atendimento seguro e eficiente à população do município.

### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não serão necessárias contratações correlatas, pois, os serviços já incluem todas as responsabilidades e atribuições por parte da contratada para que a mesma gere a solução que atenda ao interesse do município.

### **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS**

O credenciamento de laboratórios de análises clínicas, embora essencial para garantir a realização adequada de exames de patologia clínica, pode gerar impactos ambientais que merecem atenção e mitigação. Entre os principais aspectos, destacam-se a geração de resíduos biológicos, químicos e materiais utilizados na coleta e processamento de amostras, o consumo de insumos descartáveis, a utilização de produtos de limpeza e desinfecção, bem como o consumo de energia elétrica e água pelos laboratórios. Esses fatores, se não gerenciados adequadamente, podem representar riscos à saúde pública e ao meio ambiente, incluindo contaminação de solo, água e ar, além do aumento do volume de resíduos sólidos urbanos e hospitalares.

Para minimizar tais impactos, devem ser adotadas medidas mitigadoras específicas. Os laboratórios credenciados devem implementar sistemas de segregação, acondicionamento e descarte correto de resíduos, em conformidade com normas sanitárias e ambientais, garantindo que materiais biológicos e químicos sejam tratados ou encaminhados a unidades licenciadas para destinação adequada. Devem, ainda, priorizar o uso racional de insumos descartáveis e adotar tecnologias que reduzam o consumo de água e energia, além de manter programas internos de gestão ambiental e capacitação contínua de seus profissionais quanto às práticas sustentáveis e de biossegurança.

Essas medidas não apenas reduzem os impactos ambientais decorrentes das atividades laboratoriais, como também fortalecem a segurança e a qualidade dos serviços prestados, contribuindo para a sustentabilidade das ações da Secretaria Municipal de Saúde e para a proteção da população e do meio ambiente de Teixeira/MG.

### **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Considerando o exposto, em especial à importância da realização das atividades para a melhor qualidade de vida da população do município, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, opinando-se pelo prosseguimento do feito.

Paulo Sérgio de Oliveira  
**Secretário de Saúde**





Conta bancária:	Informações complementares:
Agência:	
<b>OBS: a agência e a conta bancária deve ser em nome da empresa ou da pessoa física, e não de terceiros.</b>	

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL ESTIMADO
01	Realização de exames de patologia clínica constantes na tabela de procedimentos medicamentos e OPM do SUS, constante no endereço eletrônico: <a href="http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp">http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp</a> .	R\$ 420.000,00

GRUPO 02	SUB GRUPO 02	QUANTIDADE	VALOR
Procedimentos com Finalidade Clínica	Diagnostico em Laboratório com finalidade Clínica	Conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Respeitando o teto financeiro estimado.	Conforme Tabela SUS por exame
<b>FORMA ORGANIZACIONAL</b>			
01 - Exames Bioquímicos			
02 - Exames hematológicos e hemostasia			
03 - Exames sorológicos e imunológicos			
04 - Exames coprológicos			
05 - Exames de uroanálise			
06 - Exames hormonais			
07 - Exames toxicológicos ou de monitorização terapêutica			
08 - Exames microbiológicos			
09 - Exames em outros líquidos biológicos			
10 - Exames de genética			
11- Exames para triagem neonatal			
12- Exames imuno hematológicos			
<b>TOTAL GERAL MÁXIMO ESTIMADO (12 MESES)</b>		<b>R\$ 420.000,00</b>	

**DECLARO QUE:**

1. Estou ciente e de acordo com as regras e condições estabelecidas neste Edital de Credenciamento e neste Formulário de Inscrição.
2. Afirmando também que as informações constantes no mesmo são verdadeiras.
3. Declaro minha total responsabilidade pela utilização de documentos, textos, imagens e outros meios, cujos direitos autorais estejam protegidos pela legislação vigente.
4. Declaro, ainda, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor da lei federal 14.133/21.
5. Os serviços prestados serão remunerados de acordo com os valores previamente definidos no edital do processo referido acima;
6. A proposta foi elaborada de forma independente;



7. Nos preços propostos estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos;
8. O proponente se declara apto do ponto de vista jurídico, econômico, técnico e operacional para os serviços que integram esta proposta;
9. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após a conclusão do serviço e liberação da Nota Fiscal pelo setor competente, através de depósito em conta bancária;

Teixeiras-MG, ....., de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa - (Nome Legível/Cargo)



**ANEXO – III**

**DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE DE ATENDIMENTO**

Pelo presente instrumento, declaramos, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, localizada à \_\_\_\_\_, possui capacidade técnica, estrutural e operacional para realizar diariamente até \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) exames, em conformidade com as normas sanitárias e técnicas aplicáveis, bem como com as exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 06/2025 do Município de Teixeira/MG.

Assumimos o compromisso de comunicar imediatamente à Administração qualquer alteração superveniente que possa afetar a capacidade declarada, estando cientes de que a omissão de informações ou a prestação de declarações inverídicas poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente e no edital de credenciamento.

....., ..... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa - (Nome Legível/Cargo)



## ANEXO – IV

### MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº XX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG, E XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

O Município de TEIXEIRASas com sede no(a) Rua Antônio Moreira Barros, 101, Centro, na cidade de TEIXEIRASas/MG inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.134.056/0001-02, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Nivaldo Rita, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF ou CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, decorrente do Processo Licitatório nº XX/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o **CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRAS/MG**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Credenciamento;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XXXXXXXX, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (**ANEXO I DO EDITAL**).



#### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E PRAZOS**

5.1. Os valores a serem pagos pelo serviço serão os previamente definidos no edital de acordo com a tabela no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. A Credenciada iniciará os serviços na data da assinatura do presente Termo, servindo também como ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, vigorando por 12 (doze) meses. Poderá haver prorrogação, por acordo e conveniência das partes, respeitado o limite previsto no artigo 107, da Lei 14.133/2021.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas de credenciamento.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### Obrigações da contratada

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para a prestação do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



8.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações definidas neste termo.

8.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

### **Obrigações da contratante**

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), em caso de Obras.

8.13. Em caso de dano (quando comprovado mau uso) do veículo, e com ausência de boletim de ocorrência e identificação do condutor, os custos de reparos deste serão de responsabilidade da contratante

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões enunciadas no Termo de Referência.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias úteis;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;



- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DESCREDECIMENTO**

11.1. O presente termo poderá ser rescindido nos seguintes casos:

11.1.1. Por ato unilateral ou escrito do Contratante;

11.1.2. Por comum acordo dentre as partes;

11.1.3. Por manifestação expressa da Credenciada;

11.1.4. Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contratuais;

11.1.5. Paralisação, sem causa e sem prévia comunicação, dos serviços;

11.1.6. Subcontratação total ou parcial do objeto contratado, sem prévia autorização do contratante;

11.1.7. Razões de interesse público;

11.1.8. Judicialmente, nos termos da legislação processual vigente; e

11.1.9. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da Credenciada.



## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão à conta de dotação orçamentária constante do orçamento vigente sob as seguintes rubricas:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 2.04.03.04.122.0028.2.0017 – ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE PLANEJAMENTO
- 2.06.01.12.122.0005.2.0024 – ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- 2.08.01.10.301.0006.2.0044 – ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
- 2.08.01.10.302.0006.2.0052 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES HOSPITALARES
- 2.09.01.15.452.0021.2.0062 – ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
- 2.10.01.08.244.0029.2.0074 – ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 2.13.03.13.392.0026.2.0091 – ATIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS
- FONTE: 1.500.000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
- FONTE: 1.621.000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL
- FONTE: 2.660.000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A Credenciada assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente Termo, sejam de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária, social, comercial, civil, inexistindo qualquer espécie de solidariedade do Contratante relativamente a esses encargos, inclusive, os que contratualmente advierem de prejuízos causados a terceiros.

14.2. Todas as condições e exigências que constam do Edital de Chamamento Público, fazem parte integrante do presente termo, como se aqui estivessem transcritos.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no DOM na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 553/2024, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Teixeira, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Teixeiras, xx de xxxxxxxxxxxxxxx de 2025

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO